Gráfica fantasma no caso Asefe

"EMPRESA" RECEBEU
PAGAMENTOS DA
ASSOCIAÇÃO NOS
SEIS MESES QUE
ANTECEDERAM AS
ELEIÇÕES DE 98

Áureo Germano

ais uma das fontes de desvios de recursos da Associação de Assistência aos Servidores da Fundação Educacional do DF (Asefe) foi comprovada. Além dos desvios de dinheiro por meio de tíquetes,

superfaturamento de contratos e outras irregularidades, levantamentos feitos por técnicos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que apura o uso de recursos da entidade em campanhas de partidos de esquerda, em 1998, encontraram notas fiscais frias fornecidas pela empresa Fotolito Gráfica e Editora Ltda.

A gráfica, que teria usado o nome fantasia "Folha", jamais existiu, segundo as apurações. É uma empresa fantasma, que nunca teve registro formal no País e muito menos nos órgãos fiscais do DF, de acordo com a CPI.

Novas investigações buscam descobrir quem foram os responsáveis pelo pagamento desses comprovantes fiscais.

De acordo com o atual diretor financeiro da Asefe, Jorge Eduardo de Miranda, as notas teriam sido levadas à instituição por Trajano Jardim. O atual presidente do PCB, foi administrador regional da Candangolândia, no governo Cristovam Buarque, e assessor político do então presidente da

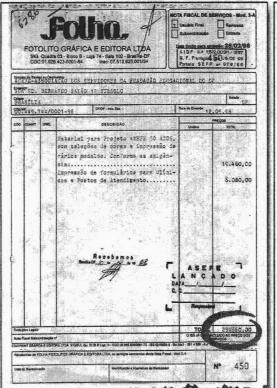
Asefe, Sérgio Rubens.

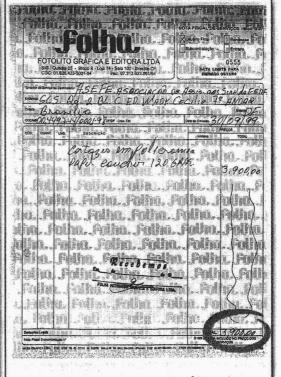
Ele, o então diretor financeiro, Firmino Pereira do Nascimento Neto, e o presidente da Ase-

fe, teriam retirado o dinheiro do caixa da entidade com as notas falsas para alimentar as campanhas dos candidatos daquela legenda.

Em apenas oito dessas notas, localizadas nos arquivos contábeis da entidade, mais de R\$ 141 mil foram retirados dos cofres da instituição. A maioria delas foi apresentada entre março e outubro de 1998, os seis meses que antecederam a campanha, mas há registros de outras duas cobradas em 1999 e em 2000. Os valores de cada uma variam de R\$ 4 mil a pouco mais de R\$ 25 mil.

A justificativa para a saí-





NOTAS sem critério. A de R\$ 25.560 (E) foi datilografada; a de R\$ 3.900, foi preenchida à mão

da dos recursos foi o pagamento de serviços gráficos para a Asefe, que jamais foram realizados, de acordo com informações da comissão. Junto a algu-

são. Junto a algumas delas, foram encontrados também documentos de circulação interna da entidade, os "recibos de cheque emitido".

Alguns desses comprovantes levam a assinatura de Antônio Alves da Silva, que também está sendo investigado. Em outros, aparecem a assinatura e o carimbo do

contador Marcos Antônio Damasceno Vidal, que cuidava da contabilidade da entidade e foi homem de confiança do ex-diretor Firmino Neto.

O número de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e de Inscrição Estadual (IE) constantes das notas jamais existiram. Além disso, até mesmo as autorizações para confecções de documentos fiscais da Folha foram clonados de uma outra gráfica que não teve seu nome revelado para não atrapalhar as investigações.

Cheques podem ser rastreados

As falsificações não pararam por aí. O endereço no qual a empresa supostamente estaria funcionando, no Bloco B da Quadra 03, no Setor de Indústrias Gráficas (SIG), também nunca existiu, segundo as investigações.

O crime só não foi perfeito, na avaliação dos técnicos, porque o pagamento das notas fiscais foi feito por meio de cheques da associação, o que permitirá descobrir quem foram seus beneficiários com o exame dos dados obtidos na quebra do sigilo bancário da entidade.

Os materiais discriminados nas notas provavelmente nunca existiram, embora seus preenchimentos demonstrem que a discriminação dos serviços foram feitas por pessoas que entendem do ramo.

As notas fiscais foram "emitidas" para o pagamento de serviços de fotolitagem, impressão, acabamento de filipetas e de cartazes, confecção de formulários e materiais de expediente. Sete delas foram preenchidas à máquina. Apenas uma, no valor de R\$ 3,9 mil, emitida em 30 de setembro de 1999 foi preenchida à mão.